

TEXTO I

DESLOCAMENTOS DA POPULAÇÃO EM PORTUGAL. PROGRAMA DE UM ESTUDO*

A importância geográfica dos deslocamentos da população foi posta em relevo pelo último Congresso Internacional de Geografia (Amsterdã, 1938), que inclui entre os assuntos a discutir o estudo dos «movimentos migratórios actuais e das influências que actuam no seu carácter». O relator das teses que se agruparam sob esta rubrica, professor Daniel Faucher, chamou a atenção para a complexidade de fenómenos na aparência regidos por leis elementares, como, por exemplo, a deslocação de habitantes de uma povoação que acompanham os seus rebanhos transhumantes, e para o aspecto essencialmente geográfico de certas migrações, não tanto nas suas causas, como nas consequências que a transferência de população acarreta para a região que a fornece e para a que a recebe.

Um breve comentário indicou algumas directrizes a que deviam subordinar-se os estudos apresentados e esboçou uma classificação que se baseia, essencialmente, na causa que provoca o movimento. Assim temos migrações inerentes a certos géneros de vida (*pastoris*, trabalhos agrícolas, etc.); migrações que resultam de desequilíbrio entre o estado demográfico e o estado económico e são verdadeiras fugas à pobreza ou à miséria, devidas ao aumento da população, aos baixos salários ou rendimentos, à produção agrícola insuficiente, a causas acidentais ou à manifestação de crises económicas de certa generalidade; finalmente, migrações determinadas menos pelas condições do ambiente originário do que pela atracção exercida pelo exterior, pelas cidades, regiões novas, identidade de raças, espírito de aventura, etc. É claro que a classificação aqui resumida tem como fim principal chamar a atenção para certos aspectos que as migrações apresentam e para as influências que nelas actuam. A mesma corrente migratória pode ser devida a múltiplas causas ou manter-se com idêntico carácter mesmo que mude o motivo que a produz. Assim, a emigração portuguesa

* Este texto, redigido em 1939, foi publicado na *Revista da Faculdade de Letras* (VII, 1-2), 1941, Lisboa: 318-325 e retomado nos *Ensaios de Geografia Humana e Regional*, 1970, Lisboa: 355-364.

provém da vontade pessoal dos que organizaram a expansão ultramarina, do espírito de aventura e desejo do lucro, de hábito criado pela própria corrente migratória, mas também do crescimento demográfico, da insuficiência da produção agrícola e de outras complexas razões.

Nesta breve nota vamos procurar agrupar as várias formas de que se revestem os deslocamentos da população em Portugal e para este assunto chamamos a atenção dos estudiosos, ou simples curiosos, que poderão multiplicar exemplos e preparar o material para o futuro trabalho de síntese que por ora seria prematuro tentar.

1. **Emigração** – Temporária ou definitiva, de famílias inteiras ou só de homens válidos: todo o movimento de colonização, do século XV aos nossos dias, emigração para as províncias ultramarinas, para o Brasil e outras regiões onde se constituíram importantes núcleos de população portuguesa (Ilhas Havai, Califórnia). Parte mínima desta corrente migratória volta a Portugal muitas vezes modificada nas suas características etnográficas (o brasileiro de torna viagem, por exemplo); no conjunto porém pode considerar-se a emigração como a principal causa da perda da população do continente, compensada embora largamente por um dos mais fortes crescimentos fisiológicos da Europa.

A emigração portuguesa tem variado muito de importância, sendo hoje relativamente reduzida, já por causas internas, já pelos obstáculos postos à imigração pelos Estados para onde ela habitualmente se fazia. Todavia o Norte do País está sobrepovoado, com densidades muito elevadas na zona litoral (Entre-Douro-e-Mondego), com densidades médias e baixas nos planaltos trasmontanos, pobres de recursos, de clima rude e de exploração agrícola atrasada.

Há em certas regiões inegável vocação emigratória, que poderá fornecer capital humano para migrações internas e para aumentar a corrente orientada para as nossas colónias, onde uma ocupação portuguesa efectiva será a melhor garantia da sua conservação no património nacional. Até no Brasil, onde tantos povos se entrecruzam, importa que o elemento português actual possa reforçar o elemento português vindo do passado e ajudá-lo a defender-se contra infiltrações estranhas de toda a natureza. A perspicácia de A. Siegfried, ao surpreender a crise étnica e religiosa do povo americano, levou-o a formular a pergunta: «Restera-t-il Anglo-Saxon et Protestant?». Análogo problema há-de pôr-se para os outros Estados da América, e convém não esquecer que a Comunidade Lusitana é formada por Portugal e pelo Brasil e a necessidade de tornar cada vez mais robustos os laços que unem os dois países.

Por estas razões, independentemente de outras de ordem geral, importa que os portugueses tenham muitos filhos, que a população aumente e que a emigração não se estanque, antes cresça, dirigida para as regiões portuguesas que Portugal criou fora da metrópole. A maior riqueza de um país é o seu capital humano: valorizá-lo é a melhor forma de governar e os filhos são a melhor contribuição que cada um de nós pode pagar à Pátria.

2. Migrações internas – Portugal é uma região de contrastes demográficos, entre o Norte húmido e o Sul árido, entre as planícies e colinas férteis do litoral e os planaltos e montanhas pobres do interior. Do Norte para o Sul, do Minho e Ocidente da Beira para o Ribatejo e Alentejo, de vários pontos para a raia, povoada em grande parte por força da vontade dos dirigentes (*coutos de homiziados*), conhecem-se inúmeras deslocações de grupos humanos que vieram fixar-se em territórios diferentes para os povoar e valorizar.

O estudo recente do Dr. Leite de Vasconcellos sobre o povoamento de Portugal (*Etnografia Portuguesa*, Vol. II, 1936) mostra bem a importância que a gente do Norte teve na constituição das povoações meridionais, já pelo seu valor numérico, já pelas usanças imitadas dela. Trata-se de uma verdadeira colonização interna, que prossegue ainda, com numerosos e fundos reflexos na fisionomia rural das regiões onde se efectua (por exemplo: o povoamento disperso que acompanhou o arroteamento dos Brejos de Azeitão por famílias vindas da Beira Litoral). As migrações internas, espécie de movimentos de equilíbrio entre áreas sobrepovoadas, onde os recursos da terra são aproveitados ao máximo pela exploração intensiva, e áreas pobres de homens, embora ricas de possibilidades económicas, não lograram apagar contrastes demográficos primitivos.

Em duas regiões demográficas maiores, de superfície sensivelmente igual, se pode dividir o País. Formam uma delas os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal e Faro, correspondentes à zona atlântica. O Alentejo, a Beira interior e Trás-os-Montes formam a outra. Vivem na primeira 4 800 000 habitantes e nela têm assento cinco das seis cidades que contam mais de 20 000 almas, e mais onze que contam, aproximadamente, 10 a 20 000. Na segunda a população anda por milhão e meio, com seis cidades entre 10 e 20 000 almas e apenas uma – Évora – com mais de 20 000. Esta disposição provém de condições naturais, difíceis de modificar, mas também da estrutura agrária arcaica a que está sujeita grande parte do interior do país e do Alentejo.

O crescimento fisiológico é um fenómeno geral: nuns pontos manifesta-se por um aumento real da população local, noutros pela criação de uma corrente migratória que desvia o excesso de gente que os recursos da terra não podem sustentar. Importa multiplicar exemplos locais que dêem a conhecer o destino das populações que deixam determinada terra, ou a origem das que nela vêm fixar-se. Cremos todavia que hoje as migrações internas são pouco importantes ou revestem forma especial. Entre as causas que, de futuro, poderão favorecê-las, poderemos incluir os projectos de colonização interna em regiões afeiçoadas por grandes trabalhos de hidráulica agrícola, e as tentativas de reforma agrária, que, modificando a estrutura do regime da posse das terras, procuram criara maior possibilidade de aproveitamento e alojamento de colonos nas mesmas. A tendência mais geral, actualmente, é a

3. Expansão local, lenta da população rural, fenómeno essencialmente geográfico pelos fundos reflexos que tem na modificação da paisagem rural.

Denuncia-o sobretudo o espargimento cada vez maior dos tipos de *habitat* disperso – a casa ou pequeno grupo de casas disseminadas, contíguas a campos de cultura, a pequena povoação com campos, bosques ou pastos intercalados nas habitações; e ainda o aproveitamento de todas as parcelas de solo cultivável, o arroteamento de maninhos e a divisão e apropriação lenta de terrenos baldios.

Tais são *Casais* indicados pela toponímia em toda a orla marítima ao Norte do Sado, os *Foros* e certos *Montes* do Alentejo, ainda *Montes* e *Sítios* do Algarve, tudo formas novas de povoamento, intercaladas num fundo de velhas povoações compactas. Manifestações de individualismo agrário, instalações agrícolas de exploração intensiva, muitas vezes feitas apenas por membros de uma família, onde se procura que a terra produza o máximo e sem descanso, marcam no solo uma paisagem de pequenas habitações disseminadas, de propriedades ciosamente divididas por tapumes, muros, sebes, com que se cerca e defende a *belga*, o *conchoso*, a *tapada*, sempre pequeno retalho de solo, peça minúscula de variado mosaico de todas as culturas e produções.

Essencialmente diferente é a paisagem das velhas formas de povoamento, criadas no espírito de comunidade das aldeias trasmontanas, compactas no meio de campos de cereal, em que é raro ser um casal isolado, onde as culturas extensivas se fazem segundo os habituais afolhamentos, com longos pousios, trabalhos em comum por todos os habitantes. A pobreza da terra faz com que o excedente demográfico se escoie pela emigração, mantendo-se assim a estrutura social arcaica em toda a zona trasmontana (em sentido lato – Trás-os-Montes e região oriental da Beira).

4. Concentração urbana – Fenómeno demográfico por excelência do nosso tempo, pois acompanha de perto o desenvolvimento industrial do século passado e deste, a concentração urbana, atracção das populações rurais pela vida mais cómoda e pelos ganhos mais avultados da cidade, não se fez sentir em Portugal com a mesma intensidade com que congestionou certas aglomerações europeias. Entre nós a grande indústria não matou completamente o trabalho caseiro ou a pequena indústria, que se integra na vida rural.

Todavia o aumento da população urbana é superior ao da população rural: embora o crescimento fisiológico seja elevado nas cidades, uma parte importante de gente do campo vem fixar-se nelas. Em 1864 a população de Lisboa estava para a população de Portugal como 1: 24,5. De então para cá a relação tem aumentado a favor da cidade, sem que a população do resto do País tenha contudo diminuído.

Vê-se no quadro como o aumento de Lisboa e Setúbal, respectivamente primeira e terceira cidades de Portugal, ambas em via de activo crescimento, não obsta ao aumento da população do distrito, excluída a das duas cidades.

Não se pode falar pois de êxodo rural: embora a concentração urbana vá ganhando a população dos campos, esta tem possibilidade, graças a uma natalidade elevada, de compensar a perda que a cidade atrai.

Estudos deste género – ao mesmo tempo demográficos e geográficos – seriam do maior alcance. Saber como se constitui a população de uma cidade: com

Anos	População de Lisboa	População de Setúbal	População do distrito de Lisboa, menos a de Lisboa e de Setúbal	Relação entre a população de Lisboa e a de Portugal
1864	197 649	12 747	228 068	1: 24,5
1878	227 674	14 798	255 587	1: 18,4
1890	298 903	17 581	294 684	1: 15,7
1900	356 009	22 074	331 426	1: 14,1
1911	435 359	30 346	386 649	1: 12,8
1920	486 372	37 074	420 112	1: 11,5
1930	594 390	46 398	509 562	1: 10,7

os naturais dela e os que vêm de fora, do mesmo concelho, distrito, ou do resto do País; averiguar como, porquê e até onde se estende a influência atractiva de determinado centro urbano, daria assunto de útil trabalho monográfico, para que os Censos dão alguns elementos, que devem ser completados, tanto quanto possível, por numerosos inquéritos entre habitantes.

5. Deslocamentos estacionais – São frequentes sob a forma de grupos de trabalhadores que acodem às principais fainas (vindimas, ceifas), ou de pastores que acompanham a transumância dos rebanhos. Trata-se pois de movimentos limitados a certas categorias profissionais, embora, por vezes, neles tomem parte quasi todos os homens válidos de uma povoação.

No primeiro caso estão os segadores de Trás-os-Montes que se internam pela Espanha a fazer a ceifa por terras leonesas; os trabalhadores da mesma província que vêm vindimar as vinhas do Douro; os beirões e os algarvios que trabalham no Alentejo, de forma temporária; os *charnecos* e os habitantes das montanhas xistentas do centro da Beira, de solo e culturas pobres, que vêm trabalhar ao Campo (*Charneca* e *Campo* designam, respectivamente, na Beira Baixa, um grande esteval pobre e uma região cerealífera importante que continua do lado espanhol).

Entre os movimentos de *transumância* das montanhas beiroas, ainda mal conhecidos, citaremos principalmente os da Serra da Estrela, entre as pastagens estivais elevadas e a *invernada* que se faz, entre outros lugares, nos campos do Mondego, nas campanhas da Idanha, em terrenos em pousio ou de restolho de cereais. Os rebanhos de gado miúdo, ovelhas principalmente, e algumas cabras, atingem alguns milhares de cabeças.

Nada de comparável porém às fortes organizações transumantes do centro de Espanha. O fenómeno parece em Portugal limitado a certas regiões. No Gerês,

¹ Números extraídos do *Censo* de 1930 e de Vieira da Silva, *A população de Lisboa, estudo histórico*, Lisboa, 1911, ou calculados segundo os elementos do Censo. Incluímos o distrito de Setúbal, criado recentemente, no de Lisboa, para tornar possível a comparação.

por exemplo, a oscilação faz-se entre os vales e os cimos; na Estrela, Caramulo, Montemuro, etc., entre a serra e a planície. Em quase todas as montanhas há criação de gado miúdo, mas as mais das vezes em regime de semi-estabulação, com pequenas deslocações diurnas entre os currais e os pastos.

Aos deslocamentos estacionais pertencem também as *Brandas e Inverneiras* da Serra da Peneda (estudadas numa nota desta mesma *Revista*, VI, 297-302), embora apresentem carácter muito especial: migração em massa de toda a população entre povoações contíguas a terrenos de cultura de verão e de inverno, situados a altitudes mais ou menos elevadas.

Páscoa de 1939

Orlando Ribeiro

Bolseiro do Instituto para a Alta Cultura